


Tutorial de Navegação nos Recursos Educacionais





Tutorial de navegação nos materiais de estudos das temáticas



Prezado Gestor (a),

Os materiais educacionais de apoio à agenda de compromissos no último ano de mandato foram desenvolvidos para esclarecer dúvidas sobre as diversas temáticas que compõem esta ferramenta de apoio a você, gestor municipal de saúde.

Este tutorial apresenta um passo-a-passo de navegação entre os diversos recursos de aprendizagem que os compõem.



Como eu posso acessar esses materiais de estudo?

UNA-SUS

Usuário Sair

SALAS DE DEBATES

Lei Complementar 141/12

Instrumentos de Planejamento e Gestão

Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

Condutas Vedadas Legalmente

Temática: Lei Complementar 141/12

Gastos em Saúde

Temática: Instrumentos de Planejamento e Gestão

Controle Social

Plano Municipal de Saúde (PMS) e Programações Anuais de Saúde (PMAS)

Relatório de gestão (RG) e Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA)

Termos de Compromissos, Contratos e Convênios

Temática: Responsabilidades Orçamentárias e Fiscais

PPA

LDO

LQA

RREO

Inventário e Levantamento

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato.

ANUAL JAN FEV **MAR** ABR MAI JUN JUL AGO

MARÇO 30 RG ANO ANTERIOR

Até essa data deve-se apresentar ao Conselho Municipal de Saúde o Relatório de gestão (RG) do ano anterior.

Penalidades

+ Temáticas

- ☒ RG e RDQA
- ☒ Execução dos Blocos de Financiamento
- ☒ Execução pelo FMS
- ☒ Gastos em Saúde

MARÇO 30 RG PARA TRIBUNAL DE CONTAS

Até essa data deve-se enviar a apreciação, pelo Conselho

- No exemplo acima apresentamos como você pode acessar esses materiais a partir dos compromissos dentro da agenda. Ao clicar no botão “Temáticas” você pode ver os materiais didáticos disponíveis para apoiá-lo a cumprir o compromisso. Basta clicar em qualquer um dos materiais para acessá-lo.



Como o material de estudo está
organizado?

- Os materiais de estudo estão organizados em temáticas que por sua vez estão divididas em atividades as quais apresentam exemplos coletados do cotidiano da gestão em saúde nos diversos municípios brasileiros. Utilizaremos a atividade “Gastos em Saúde” da temática Lei Complementar 141/2012 e a atividade “Gestão de Pessoal” da temática “Condutas Vedadas Legalmente” para apresentar o material a você.

UNA-SUS

GASTOS EM SAÚDE

Secretaria Executiva

UNA-SUS

Aprenda sobre

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Organização Pan-Americana da Saúde

CONASEMS

Como Navegar

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

Sobre

Clique nos textos das imagens para ampliar



Eu, como gestor de saúde do meu município tenho que assinar constantemente várias notas de empenho, e muitas vezes eu tenho dúvidas se devo ou não assinar algumas delas. Sempre me pergunto: aquela despesa está tratando de ações e serviços de saúde amparados pela legislação vigente? Eu posso assiná-las com tranquilidade?

Os princípios da Lei Complementar 141/2012

Para regulamentar o 53º do art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em 13 de janeiro de 2012 a Presidente da República sancionou Lei Complementar nº 141, dispondo sobre os **valores mínimos** a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em **ações e serviços públicos de saúde**, vindo finalmente a regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Além de dispor sobre os valores mínimos (de 15%) a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde para os entes federados, essa Lei Complementar definiu, para fins de apuração dos percentuais mínimos, quais são e quais não são as **ações e serviços públicos de saúde**. E mais, colocou...

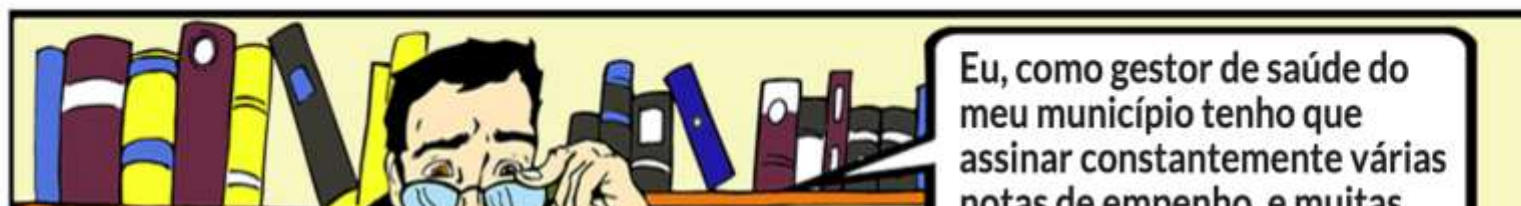
Próximo Exemplo

Baixar o Texto

1. No topo da tela se encontra o título da ferramenta de apoio: **Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato.**
2. Abaixo dele está o título da temática: **Lei Complementar 141/2012.**
3. Abaixo da temática está o título da sua atividade única: **Gastos em Saúde.**



Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Os princípios

Para regular a República de janeiro de 2012, o Congresso Nacional sancionou a Lei Complementar 141/2012, que trata sobre os princípios

4. À esquerda da tela há uma ilustração que representa o exemplo do cotidiano dos gestores de saúde em todo o Brasil e visa orientar suas leituras.
5. À direita da ilustração há um texto que subsidia a temática e amplia a compreensão do exemplo dado por meio de comentários à legislação vigente.



Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Como Navegar

Sobre

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Eu, como gestor de saúde do meu município tenho que assinar constantemente várias notas de empenho, e muitas vezes eu tenho dúvidas se devo ou não assinar algumas delas. Sempre me pergunto: aquela despesa está tratando de ações e serviços de saúde amparados pela legislação vigente? Eu posso assiná-las com tranquilidade?

Os princípios da Lei Complementar 141/2012

Para regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em 13 de janeiro de 2012 a Presidente da República sancionou Lei Complementar nº 141, dispondo sobre os **valores mínimos** a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em **ações e serviços públicos de saúde**, vindo finalmente a regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Além de dispor sobre os valores mínimos (de 15%) a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde para os entes federados, essa Lei Complementar definiu, para fins de apuração dos percentuais mínimos, quais são e quais não são as ações e serviços públicos de saúde. Em resumo:

Próximo Exemplo ➔

Baixe o Texto ⬇



Quantas ilustrações tem cada exemplo?

- Os exemplos apresentados à esquerda da tela são compostos ou por uma única ilustração ou por um conjunto de ilustrações.
- Quando os exemplos apresentam uma única ilustração não há setas de navegação na lateral da ilustração e nem botões de navegação para outros exemplos, como mostra a tela da atividade "Gestão de Pessoal" da temática "Condutas Vedadas Legalmente", apresentada abaixo.

UNA-SUS

GESTÃO DE PESSOAL



Secretaria Executiva

Aprenda sobre

Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato



Organização
Pan-Americana
da Saúde



CONASEMS

Condutas Vedadas Legalmente

Gestão de Pessoal

Clique nos textos das imagens para ampliar



Condutas Vedadas aos Agentes Públicos no Último Ano de Mandato

a-) Ceder servidor público ou empregado da administração direta ou indireta federal, estadual ou municipal do Poder Executivo, ou usar de seus serviços, para comitês de campanha eleitoral de candidatos de partido político ou de coligação, durante o horário de expediente normal, salvo se o servidor ou o empregado estiver licenciado; (art. 42, III, Resolução nº 23.457/2015-TSE).

b-) Nomear, contratar ou de qualquer forma admitir, demitir sem justa causa, suprimir ou readaptar vantagens ou por outros meios dificultar ou impedir o exercício funcional e, ainda, ex officio, remover, transferir ou exonerar servidor público, na circunscrição do pleito, a partir de 2 de julho de 2016 até a posse dos eleitos, sob pena de nulidade de pleno direito, com as ressalvas constantes da legislação (art. 42, V, Resolução nº 23.457/2015-TSE).

c-) Fazer, na circunscrição da Eleição Municipal, revisão geral da remuneração dos servidores públicos que excita a recomposição da perda de seu poder aquisitivo ao longo do ano da eleição, a partir de 3 de abril de 2016 até a posse dos eleitos (art. 42, VIII, Resolução nº 23.457/2015-TSE). Regula-se por agente público, para os efeitos deste artigo, quem exerça, ainda que transitoriamente ou sem remuneração, por eleição, nomeação, designação, contratação ou qualquer outra forma de investidura ou vínculo, mandato, cargo, emprego ou função nos órgãos ou entidades da administração pública direta, indireta ou fundacional (art. 42, § 1º da Resolução nº 23.457/2015-TSE).

d-) É nulo de pleno direito o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e que resulte aumento da despesa com pessoal expedido nos cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato do titular do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20, (art. 21, Parágrafo único da Lei nº 101/2000).

Comunicação das Condutas Vedadas

emendas, locais urbanos, urbanos, em quantidades elevadíssimas em 16 municípios, até 29 de junho de 2006, por meio de ações descentralizadas no "Governo mais perto de você" [...]" (Ac. de 25.6.2009 no RCED nº 698, rel. Min. Felix Fischer.)

III - A concessão de benefícios a servidores públicos estaduais nas proximidades das eleições municipais pode caracterizar abuso do poder político, desde que evidenciada, como na hipótese, a possibilidade de haver reflexos na circunscrição do pleito municipal, diante da coincidência de eleitores. [...] V - Não é fator suficiente para desconfigurar o abuso do poder político de que cuida o art. 22 da LIC no 64/90, o

Busque o Texto

- Quando os exemplos são apresentados por um conjunto de ilustrações aparecerá na lateral direita da ilustração uma seta (1) para você visualizar as próximas ilustrações, além dos botões de navegação para outros exemplos situados abaixo da ilustração (2), como mostrado na tela da atividade “Gastos em Saúde” abaixo.

UNA-SUS GASTOS EM SAÚDE

Secretaria Executiva UNA-SUS Universidade Aberta do SUS

Aprenda sobre Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Organização Pan-Americana da Saúde CONASEMS

Como Navegar

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

Sobre

Clique nos textos das imagens para ampliar



O senhor lembra do Seu Agenor? Aquele fazendeiro, dono do Hotel Nossa Senhora da Penha? Pois ele pediu para a secretaria um medicamento básico que é fornecido pela farmácia do SUS, o senhor acredita nisso? Na minha opinião não devíamos fornecer o medicamento, afinal o SUS é para servir aos mais necessitados.

1

Acesso Universal e Igualitário ao SUS

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

CAPÍTULO II

Dos Princípios e Diretrizes

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são

2

← Exemplo Anterior

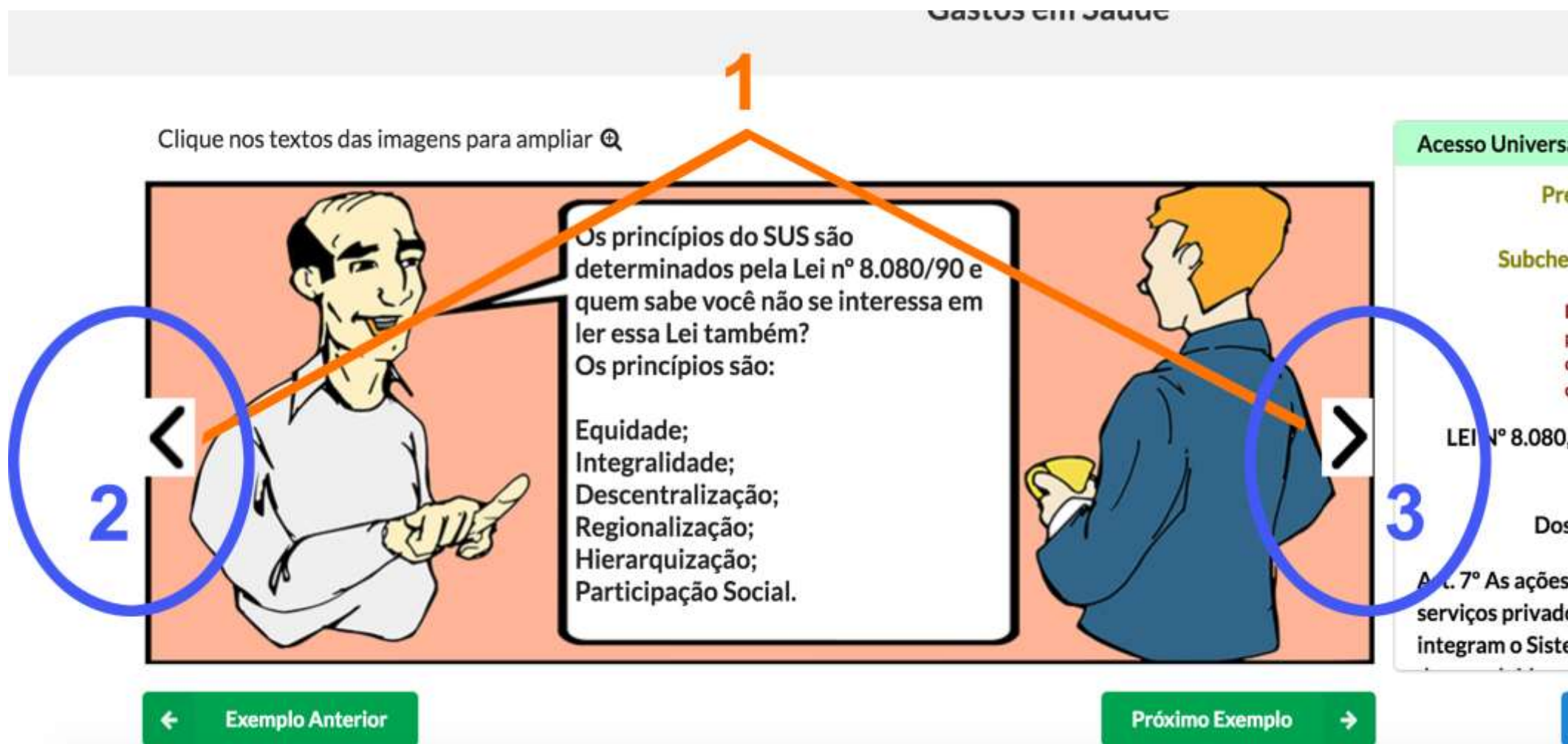
Próximo Exemplo →

Baixe o Texto



Como eu navego nas ilustrações?

1. Nas ilustrações há duas setas de navegação, uma na lateral esquerda e outra na lateral direita.
2. Na seta da lateral esquerda você volta para a ilustração anterior do mesmo exemplo.
3. Na seta da lateral direita você avança para a próxima ilustração do mesmo exemplo.





Como eu acesso outro exemplo
da atividade?

1. Quando o exemplo chega ao fim, a seta de navegação à direita da ilustração desaparece, como pode ser visto no exemplo abaixo.
2. Clique no botão verde a direita e abaixo da ilustração, **Próximo Exemplo**, para acessar outro exemplo da atividade.
3. Pressionando o botão verde a esquerda e abaixo da ilustração, **Exemplo Anterior**, você volta para o exemplo anterior.





O que devo observar nos textos
de apoio ao exemplo?

- Sempre que você clicar no botão “Próximo Exemplo” verá que o texto da lateral muda também, tendo em vista que a cada exemplo corresponde um texto específico.
- Essa mudança é ressaltada pelas cores dos títulos dos textos que são diferentes entre si.



Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

[Como Navegar](#)[Sobre](#)

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Eu, como gestor de saúde de meu município tenho que assinar constantemente várias notas de empenho, e muitas vezes eu tenho dúvidas se devo ou não assinar algumas delas. Sempre me pergunto: aquela despesa está tratando de ações e serviços de saúde amparados pela legislação vigente? Eu posso assiná-las com tranquilidade?

Os princípios da Lei Complementar 141/2012

Para regulamentar o §3º do art. 198 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em 13 de janeiro de 2012 a Presidente da República sancionou Lei Complementar nº 141, dispondo sobre os **valores mínimos** a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em **ações e serviços públicos de saúde**, vindo finalmente a regulamentar a Emenda Constitucional nº 29, de 2000.

Além de dispor sobre os valores mínimos (de 15%) a serem aplicados anualmente em ações e serviços públicos de saúde para os entes federados, essa Lei Complementar definiu, para fins de repuração dos percentuais mínimos, quais são e quais não são as ações e serviços públicos de saúde. Em resumo:

[Próximo Exemplo](#)[Baixe o Texto](#)

- Sempre que você clicar no botão “Próximo Exemplo” verá que o texto da lateral muda também, tendo em vista que a cada exemplo corresponde um texto específico.
- Essa mudança é ressaltada pelas cores dos títulos dos textos que são diferentes entre si.





Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

Como Navegar

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

Sobre

Clique nos textos das imagens para ampliar



Acesso Universal e Igualitário ao SUS

Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

LEI Nº 8.080, DE 19 DE SETEMBRO DE 1990.

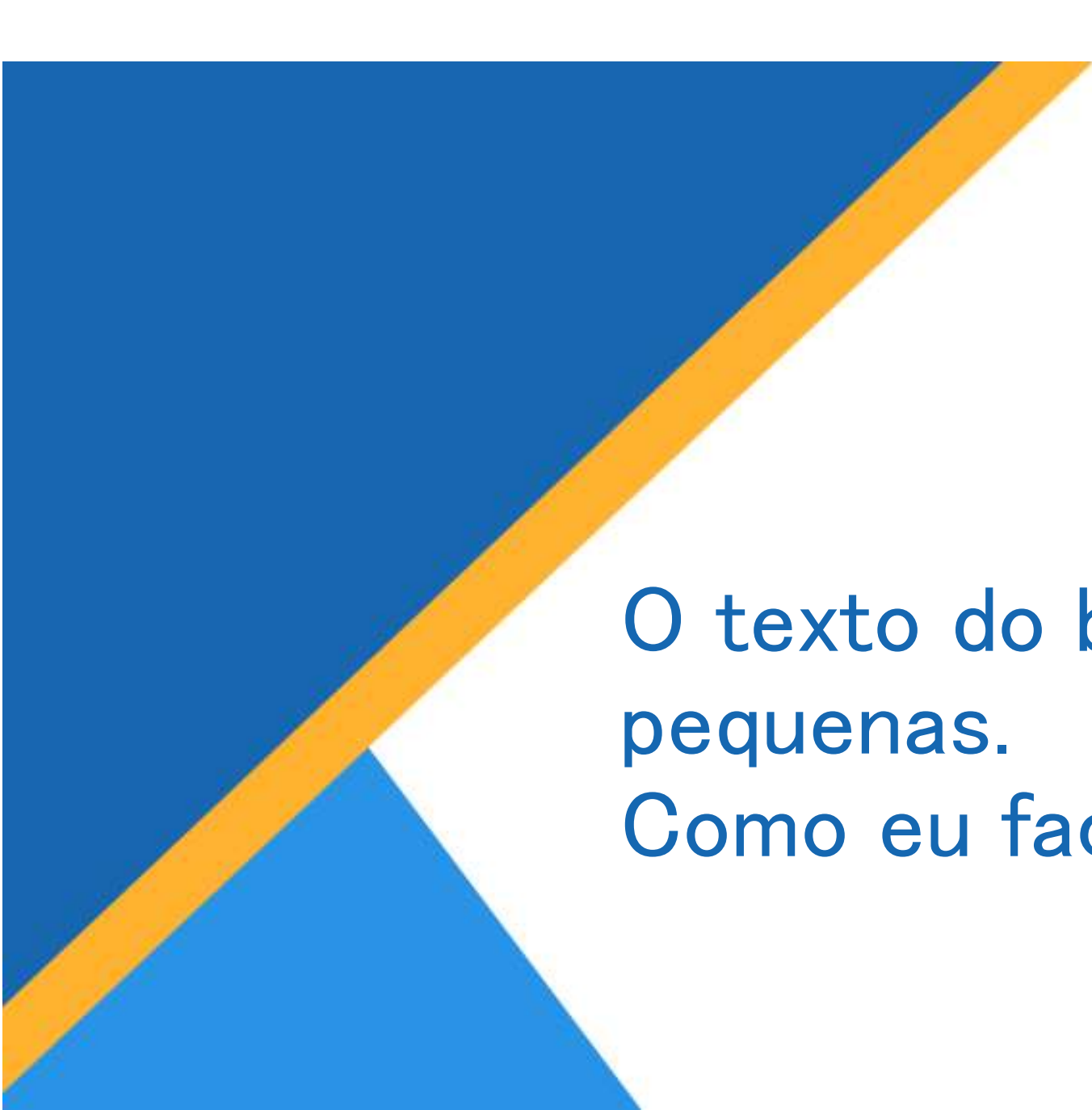
CAPÍTULO II
Dos Princípios e Diretrizes

Art. 7º As ações e serviços públicos de saúde e os serviços privados contratados ou conveniados que integram o Sistema Único de Saúde (SUS), são

← Exemplo Anterior


Próximo Exemplo →

Imprimir o Texto



O texto do balão tem letras
pequenas.
Como eu faço?

1. Para aumentar o tamanho do texto coloque o mouse sobre ele e clique com o botão direito, você verá uma nova janela com o texto aumentado.
2. Para sair dessa tela é só clicar no botão “Fechar” localizado à direita e embaixo do texto.

 BRASIL

Acesso à informação

UNA-SUS VISITANTE

Usuário


Ajuda

Retornar


CONASEMS

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

 Biblioteca Complementar

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍





Vejam aqui o que encontrei: o Relatório de Gestão do município deve ser enviado ao Conselho de Saúde e este deve emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas prescritas na Lei Complementar nº 141. Além disso, deve ser enviada também ao Conselho de Saúde, para aprovação, a programação anual do Plano de Saúde, e antes da data de envio da LDO.


A Fiscalização dos Gastos em Saúde e o Conselho de Saúde

Atribuição determinante foi trazida pela lei aos conselhos de saúde, estabelecendo que estes, **no âmbito de suas atribuições, avaliarão a cada quadrimestre o relatório consolidado do resultado da execução orçamentária e financeira no âmbito da saúde e o relatório do gestor da saúde sobre a repercussão da execução da Lei Complementar nº 141 nas condições de saúde e na qualidade dos serviços de saúde das populações respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo do respectivo ente da Federação as indicações para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.**

É de suma importância dar atenção especial às prestações de contas de responsabilidade do gestor, as quais subsidiarão de forma precisa a fiscalização pelos órgãos de controle. Deve ser enviado o relatório de gestão ao...

 Voltar

Avançar 

Baixe o Texto 

1. Para aumentar o tamanho do texto coloque o mouse sobre ele e clique com o botão direito, você verá uma nova janela com o texto aumentado.
2. Para sair dessa tela é só clicar no botão “Fechar” localizado à direita e embaixo do texto.

BRASIL Acesso à informação

UNA-SUS VISITANTE

Usuário Ajuda Retornar

CONASEMS

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

[Biblioteca Complementar](#)

Clique nos textos das imagens para ampliar.



Vejam aqui o que encontrei: o Relatório de Gestão do município deve ser enviado ao Conselho de Saúde e este deve emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas prescritas na Lei Complementar nº 141. Além disso, deve ser enviada também ao Conselho de Saúde, para aprovação, a programação anual do Plano de Saúde, e antes da data de envio da LDO.

Vejam aqui o que encontrei: o Relatório de Gestão do município deve ser enviado ao Conselho de Saúde e este deve emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas prescritas na Lei Complementar nº 141. Além disso, deve ser enviada também ao Conselho de Saúde, para aprovação, a programação anual do Plano de Saúde, e antes da data de envio da LDO.

Fechar

...os em Saúde e o Conselho de Saúde

...foi trazida pela lei aos conselhos

...o que estes, no âmbito de suas

...cada quadrimestre o relatório

...do da execução orçamentária e

...a saúde e o relatório do gestor da

...são da execução da Lei

...nas condições de saúde e na

...de saúde das populações

...respectivas e encaminhará ao Chefe do Poder Executivo

...do respectivo ente da Federação as indicações para que

...sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

É de suma importância dar atenção especial às prestações de contas de responsabilidade do gestor, as quais subsidiarão de forma precisa a fiscalização pelos órgãos de controle. Deve ser enviado o relatório de gestão ao

Voltar Avançar Baixe o Texto

1. Para aumentar o tamanho do texto coloque o mouse sobre ele e clique com o botão direito, você verá uma nova janela com o texto aumentado.
2. Para sair dessa tela é só clicar no botão “Fechar” localizado à direita e embaixo do texto.

BRASIL Acesso à informação

UNA-SUS VISITANTE

Usuário Ajuda Retornar

CONASEMS

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

Biblioteca Complementar

Clique nos textos das imagens para ampliar.



Vejam aqui o que encontrei: o Relatório de Gestão do município deve ser enviado ao Conselho de Saúde e este deve emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas prescritas na Lei Complementar nº 141. Além disso, deve ser enviada também ao Conselho de Saúde, para aprovação, a programação anual do Plano de Saúde, e antes da data de envio da LDO.

Vejam aqui o que encontrei: o Relatório de Gestão do município deve ser enviado ao Conselho de Saúde e este deve emitir parecer conclusivo sobre o cumprimento ou não das normas prescritas na Lei Complementar nº 141. Além disso, deve ser enviada também ao Conselho de Saúde, para aprovação, a programação anual do Plano de Saúde, e antes da data de envio da LDO.

Fechar

...os em Saúde e o Conselho de Saúde

...foi trazida pela lei aos conselhos

...o que estes, no âmbito de suas

...cada quadrimestre o relatório

...do da execução orçamentária e

...saúde e o relatório do gestor da

...saúde na execução da Lei

...nas condições de saúde e na

...de saúde das populações

...para ao Chefe do Poder Executivo

do respectivo ente da Federação as indicações para que

sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

É de suma importância dar atenção especial às prestações de contas de responsabilidade do gestor, as quais subsidiarão de forma precisa a fiscalização pelos órgãos de controle. Deve ser enviado o relatório de gestão ao

Voltar Avançar Baixe o Texto



Como utilizar os textos de apoio?

1. A navegação nos textos de apoio é feita pela barra de rolagem na lateral direita, como pode ser visto no exemplo abaixo.
2. Os textos possuem diversos tipos de recursos gráficos para ressaltar trechos importantes, como a cor de fundo utilizada no exemplo abaixo.

UNA-SUS GASTOS EM SAÚDE

 Secretaria Executiva
UNA-SUS
Universidade Aberta do SUS

Aprenda sobre
Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

 **Organização
Pan-Americana
da Saúde**

 **CONASEMS**

[Como Navegar](#)

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

[Sobre](#)

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Observando o inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 141, temos a reiteração de critérios para o estabelecimento de valores a serem transferidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, apresentado no artigo 35 da Lei 8080, como segue:

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I. perfil demográfico da região;
- II. perfil epidemiológico da população a ser coberta;

1. A navegação nos textos de apoio é feita pela barra de rolagem na lateral direita, como pode ser visto no exemplo abaixo.
2. Os textos possuem diversos tipos de recursos gráficos para ressaltar trechos importantes, como a cor de fundo utilizada no exemplo abaixo.

UNA-SUS GASTOS EM SAÚDE

 Secretaria Executiva
UNA-SUS
Universidade Aberta do SUS

Aprenda sobre
Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

 **Organização
Pan-Americana
da Saúde**

 **CONASEMS**

[Como Navegar](#)

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

[Sobre](#)

1

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Concordo que essa Lei é nossa guardiã! Só para dar um exemplo, no inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 141, os gestores verificam a obrigatoriedade de contribuir com, NO MINIMO 15%! E muitos municípios brasileiros vão além desse mínimo e hoje já estão investindo, em média, 24,85%.

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Observando o inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 141, temos a reiteração de critérios para o estabelecimento de valores a serem transferidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, apresentado no artigo 35 da Lei 8080, como segue:

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I. perfil demográfico da região;
- II. perfil epidemiológico da população a ser coberta;

1. A navegação nos textos de apoio é feita pela barra de rolagem na lateral direita, como pode ser visto no exemplo abaixo.
2. Os textos possuem diversos tipos de recursos gráficos para ressaltar trechos importantes, como a cor de fundo utilizada no exemplo abaixo.

UNA-SUS GASTOS EM SAÚDE

 Secretaria Executiva
UNA-SUS
Universidade Aberta do SUS

Aprenda sobre
Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

 **Organização
Pan-Americana
da Saúde**

 **CONASEMS**

[Como Navegar](#)

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

[Sobre](#)

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde

Observando o inciso III do Artigo 1º da Lei Complementar nº 141, temos a reiteração de critérios para o estabelecimento de valores a serem transferidos pela União a Estados, Distrito Federal e Municípios, apresentado no artigo 35 da Lei 8080, como segue:

Art. 35. Para o estabelecimento de valores a serem transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, será utilizada a combinação dos seguintes critérios, segundo análise técnica de programas e projetos:

- I. perfil demográfico da região;
- II. perfil epidemiológico da população a ser coberta;

- O texto pode ter trechos realçados de acordo com a ilustração à esquerda, como mostrado na tela da atividade “Gastos em Saúde” abaixo.

UNA-SUS GASTOS EM SAÚDE

 Secretaria Executiva
UNA-SUS
Universidade Aberta do SUS

Aprenda sobre
Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato

 **Organização
Pan-Americana
da Saúde**

 **CONASEMS**

[Como Navegar](#)

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

[Sobre](#)

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



**Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde:
Artigo 3º da Lei 141**

III - capacitação do pessoal de saúde do Sistema Único de Saúde (SUS);

IV - desenvolvimento científico e tecnológico e controle de qualidade promovidos por instituições do SUS;

V - produção, aquisição e distribuição de insumos específicos dos serviços de saúde do SUS, tais como: imunobiológicos, sangue e hemoderivados, medicamentos e equipamentos médico-odontológicos;

VI - saneamento básico de domicílios ou de pequenas comunidades, desde que seja aprovado pelo Conselho de Saúde do ente da Federação



Há outros recursos no texto?

1. Você poderá baixar um texto clicando no botão azul abaixo dele.
2. Um PDF irá abrir e você pode salvá-lo no seu computador para futuras consultas.



Secretaria Executiva

Aprenda sobre
Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato



Organização
Pan-Americana
da Saúde



CONASEMS

Como Navegar

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

Sobre

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Secretário o senhor deve realizar o manejo ambiental para o controle do Aedes Aegypti. Propomos ao senhor que doe às comunidades ribeirinhas peixes larvófagos para se alimentarem das larvas dos mosquitos.

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde:
Artigo 3º da Lei 141
remuneração do pessoal ativo da área de saúde;

VIII - manejo ambiental vinculado diretamente ao controle de vetores de doenças;

IX - investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X - remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

XI - ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à execução das ações e serviços públicos de saúde;

← Exemplo Anterior

Próximo Exemplo →

Baixe o Texto 📄

1. Você poderá baixar um texto clicando no botão azul abaixo dele.
2. Um PDF irá abrir e você pode salvá-lo no seu computador para futuras consultas.



Secretaria Executiva

Aprenda sobre
Responsabilidades Gestoras no Último Ano de Mandato



Organização
Pan-Americana
da Saúde



CONASEMS

Como Navegar

Lei Complementar 141/2012
Gastos em Saúde

Sobre

Clique nos textos das imagens para ampliar 🔍



Secretário o senhor deve realizar o manejo ambiental para o controle do Aedes Aegypti. Propomos ao senhor que doe às comunidades ribeirinhas peixes larvófagos para se alimentarem das larvas dos mosquitos.

Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde:
Artigo 3º da Lei 141
Remuneração do pessoal ativo da área de saúde;

VIII - [manejo ambiental](#) vinculado diretamente ao controle de vetores de [doenças](#);

IX - investimento na rede física do SUS, incluindo a execução de obras de recuperação, reforma, ampliação e construção de estabelecimentos públicos de saúde;

X - remuneração do pessoal ativo da área de saúde em atividade nas ações de que trata este artigo, incluindo os encargos sociais;

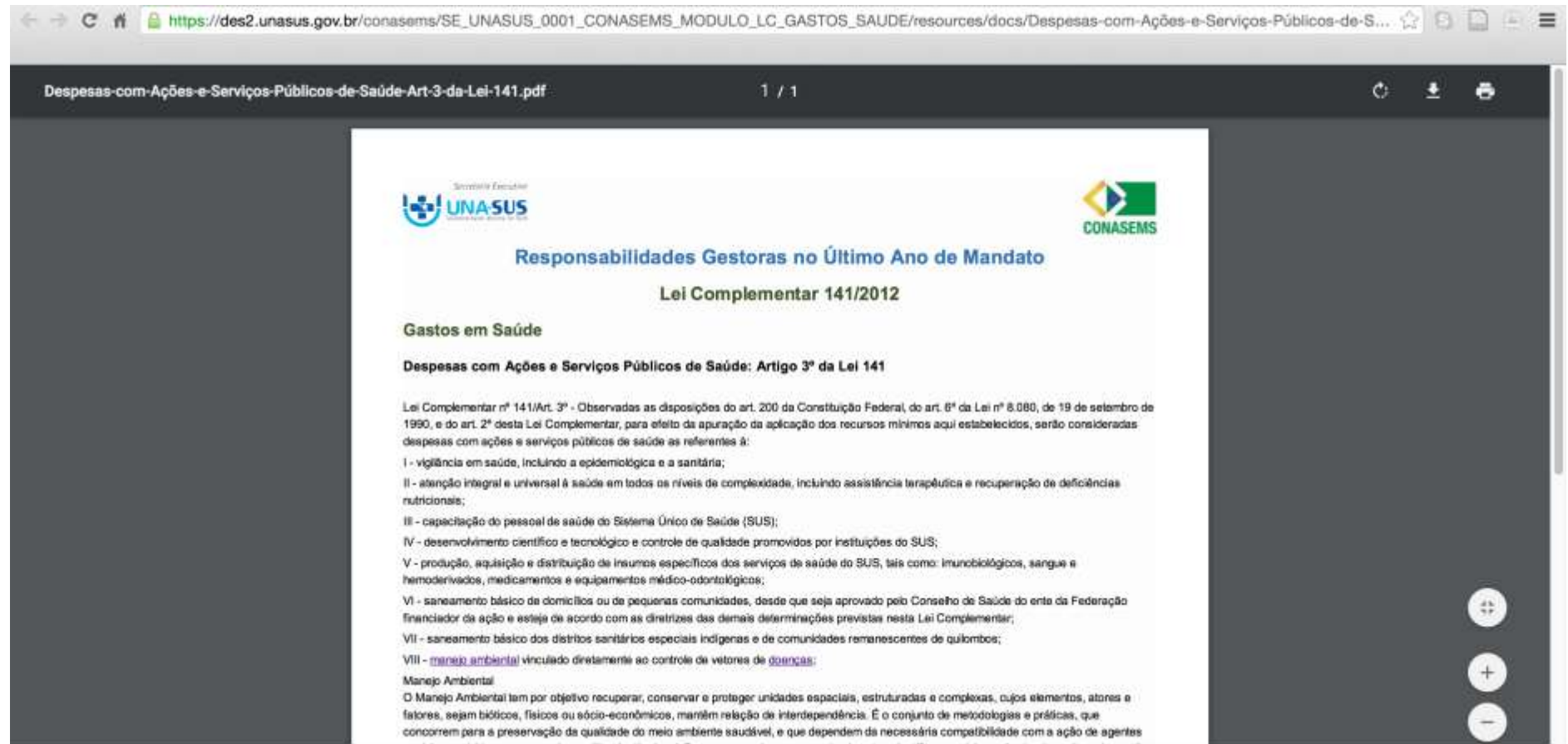
XI - ações de apoio administrativo realizadas pelas instituições públicas do SUS e imprescindíveis à ~~execução das ações e serviços públicos de saúde;~~

← Exemplo Anterior

Próximo Exemplo →

Baixe o Texto 📄

1. Você poderá baixar um texto clicando no botão azul abaixo dele.
2. Um PDF irá abrir e você pode salvá-lo no seu computador para futuras consultas.



1. Você poderá baixar um texto clicando no botão azul abaixo dele.
2. Um PDF irá abrir e você pode salvá-lo no seu computador para futuras consultas.




- Sugerimos que você abra uma pasta para cada temática (Exemplo: Lei Complementar 141/12) e salve cada PDF na pasta correspondente. Isso vai facilitar suas futuras consultas.



Como percebo o fim da
atividade?

- Veja na tela acima que apesar de ainda estar na atividade “Gastos em Saúde”, não existe mais o botão “Próximo Exemplo” à direita e abaixo da ilustração. Isso significa que esta atividade foi finalizada.

 BRASIL

Acesso à informação

UNA-SUS

VISITANTE


Usuário

Ajuda


Retornar

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

 Biblioteca Complementar

Clique nos textos das imagens para ampliar




Punições pela Não Aplicação dos Recursos Mínimos em Saúde

Como enfatizado neste módulo, a Lei Complementar nº 141 reforça a necessidade da aplicação de recursos mínimos em saúde, tal qual especificados pela Constituição Federal/88, e para que as aplicações devidas se cumpram reforça a fiscalização, instituindo regras claras e objetivas, e punições para o caso de descumprimento.


Devemos destacar a competência trazida aos Tribunais de Contas para verificar a aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde de cada ente da Federação sob sua jurisdição.

Uma das regras destacadas incide no condicionamento da entrega de recursos à comprovação de aplicação adicional do percentual mínimo que deixou de ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde no exercício imediatamente

 Voltar

Baixe o Texto

- Veja na tela acima que apesar de ainda estar na atividade “Gastos em Saúde”, não existe mais o botão “Próximo Exemplo” à direita e abaixo da ilustração. Isso significa que esta atividade foi finalizada.

 BRASIL

Acesso à informação

UNA-SUS

VISITANTE


Usuário

Ajuda


Retornar


Lei Complementar 141/2012


Gastos em Saúde

 Biblioteca Complementar

Clique nos textos das imagens para ampliar



 Voltar

 Baixe o Texto

- Veja na tela acima que apesar de ainda estar na atividade “Gastos em Saúde”, não existe mais o botão “Próximo Exemplo” à direita e abaixo da ilustração. Isso significa que esta atividade foi finalizada.

BRASIL Acesso à Informação

UNA-SUS VISITANTE Usuário Ajuda

Retornar

Lei Complementar 141/2012

Gastos em Saúde

Clique nos textos das imagens para ampliar

CONASEMS Reunião Ampliada de Secretários de Saúde

Neste ano meu município só aplicou 13% em ações e serviços de saúde. Ficaram faltando 2% do valor mínimo obrigatório. O que será que pode acontecer?

Biblioteca Complementar

Punições pela Não Aplicação dos Recursos Mínimos em Saúde

Como enfatizado neste módulo, a Lei Complementar nº 141 reforça a necessidade da aplicação de recursos mínimos em saúde, tal qual especificados pela Constituição Federal/88, e para que as aplicações devidas se cumpram reforça a fiscalização, instituindo regras claras e objetivas, e punições para o caso de descumprimento.

Devemos destacar a competência trazida aos Tribunais de Contas para verificar a aplicação dos recursos mínimos em ações e serviços públicos de saúde de cada ente da Federação sob sua jurisdição.

Uma das regras destacadas incide no condicionamento da entrega de recursos à comprovação de aplicação adicional do percentual mínimo que deixou de ser aplicado em ações e serviços públicos de saúde no exercício imediatamente

Voltar **Baixe o Texto**

- Para voltar à agenda clique no botão “Retornar” na barra superior à direita.